



GRANDE MOINHO CEARENSE S.A.

CNPJ/MF nº 07.199.805/0001-55

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – RESULTADO DE 2015

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras do Grande Moinho Cearense S.A. relativas ao exercício findo de 2015, elaboradas na forma da legislação societária vigente e nas práticas contábeis adotadas pelo Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

No Brasil, o ano de 2015 trouxe muitas incertezas que deixaram o cenário econômico em clima de estagnação proporcionando o desaquecimento da economia, com queda do PIB (Produto Interno Bruto) de 3,8%, elevada inflação de 10,67%, medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), bem acima do centro da meta definida pelo Governo Federal de 4,5%, taxas de juros – Selic de 14,25%, com aumento de 2,50 pontos percentuais ao longo de 2015, elevado desemprego em todas as camadas e faixas da sociedade, bem como a redução dos benefícios sociais distribuídos pelo Governo Federal, acentuaram a queda generalizada no consumo de bens duráveis e também nos bens de primeira necessidade, como os alimentos derivados do trigo.

Tudo isso somado, vem gerando uma onda de negatividade que traz incertezas para os dois próximos anos, portanto, 2016 e 2017 devem ser anos também difíceis se nada de novo, que pode vir do mercado internacional, modificar o atual cenário econômico doméstico.

O ano de 2015 também foi marcado por uma forte valorização cambial (Dólar frente ao Real) um pouco superior a 45%, trazendo enormes desafios para o setor de moagem de trigo nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil, por conta da necessidade da importação do trigo em grão de Países produtores, tais como Argentina, Estados Unidos e Canadá, tendo em vista que a produção da safra de trigo nacional (Rio Grande do Sul e Paraná), em parte, não atende às especificações das indústrias aqui instaladas, que aliado à precária infraestrutura portuária e de armazenagem dessas regiões produtoras, dificultam e encarece sobremaneira a compra desses produtos para o abastecimento das indústrias moageiras das Regiões Norte e Nordeste.

Destaca-se que o custo de importação do trigo em grão de países que não pertencem ao Tratado do MERCOSUL é onerado em 10% do imposto de importação, calculado sobre o custo FOB do trigo, adicionado do frete e das demais despesas aduaneiras, o que encarece sobremaneira os custos de produção frente às indústrias instaladas em regiões produtoras de trigo nacional.

Com o elevado aumento nos custos da energia elétrica, superior a 60% em 2015, frente ao ano de 2014, essa conta cresceu acentuadamente e impactou negativamente o CPV (Custo dos Produtos Vendidos), somado ao aumento nos custos dos combustíveis e a adoção mais rígida da empresa nas pesagens dos caminhões total e por eixo (carretas e bitrens) a empresa teve considerável incremento nos custos dos fretes para fazer chegar os seus produtos em todas as regiões que atua, que associados ao aumento significativo da carga tributária, através de novas metodologias de cálculos e arbitramento de pautas fiscais do ICMS em diversos estados dessas duas regiões, muito contribuíram para a queda nas margens de contribuição da empresa.

Apesar do ano de 2015 ter se apresentado atípico e difícil, a empresa acredita que dias melhores virão e que os ajustes na economia aconteçam de forma a melhorar o ânimo empresarial, com o retorno do Brasil ao crescimento de forma sustentável.

Pensando positivamente, olhando o futuro e na consolidação das suas marcas e dos seus produtos, o Grande Moinho Cearense S/A concluiu a ampliação e a modernização total do seu parque industrial em Fortaleza/CE, aumentando em 30% a capacidade dos seus silos de trigo e em 50% a sua capacidade de produção, adquirindo modernos equipamentos industriais que irão propiciar menor custo de produção, melhor qualidade, oportunidade de lançamento de novos produtos e novas embalagens, como já foi feito em janeiro de 2015, com a introdução das farinhas de trigo de 1 kg Dona Maria - Tipo 1 e Dona Maria com Fermento, em sacos de papel, proporcionando maior durabilidade do produto, melhor armazenamento e elevado apelo ecológico por ter substituído o saco plástico dessas embalagens.

Desta forma, agradecemos aos Acionistas pelo apoio e pela confiança depositada nos administradores da Companhia, aos Clientes que honram a empresa com as suas compras, fruto da qualidade entregue e percebida dos seus produtos, aos Fornecedores, sempre dispostos a atender às demandas, às Instituições Financeiras, parceiras nos financiamentos de longo prazo para a viabilidade do projeto de expansão e aos Colaboradores pela dedicação, comprometimento, empenho e forte espírito de equipe profissional demonstrado ao longo do exercício findo de 2015, que somados ao dinamismo e entusiasmo demonstrados, contribuíram para que o desafiador ano de 2015 trouxesse resultados satisfatórios para a Companhia.

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014		2015	2014		
Ativo										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.327	26.653	5.326	27.992					
Aplicações financeiras	6	116.338	83.499	124.238	135.382					
Contas a receber de clientes	7	52.615	42.907	52.615	42.907					
Estoques	8	40.828	44.487	40.828	44.487					
Imposto a recuperar	9	21.229	18.690	21.229	18.690					
Outros créditos		2.012	2.794	2.012	2.794					
Despesas antecipadas		2.297	3.560	2.297	3.560					
Total do ativo circulante		238.646	222.590	248.545	275.812					
Não circulante										
Partes relacionadas	16	-	3.984	-	-					
Imposto a recuperar	9	17.162	20.236	17.162	20.236					
Outros créditos		3.552	3.874	3.552	3.874					
Investimentos	10	12.592	157.955	2.693	3.199					
Imobilizado	11	282.543	116.206	282.543	228.166					
Intangível		293	328	293	328					
Total do ativo não circulante		316.142	302.583	306.243	255.803					
Total do ativo		554.788	525.173	554.788	531.615					
Passivo										
Circulante										
Financ. e empréstimos	12	14.888	4.039	14.888	7.931					
Fornecedores		3.576	3.839	3.576	3.839					
Impostos e contribuições a recolher	13	5.019	5.976	5.019	5.976					
Salários e férias a pagar		1.936	1.677	1.936	1.677					
Dividendos		7.837	4.829	7.837	4.829					
Imposto de renda e contribuição social		239	520	239	520					
Outras contas a pagar		2.622	5.310	2.622	5.310					
Total do passivo circulante		36.117	26.190	36.117	30.082					
Não circulante										
Financ. e empréstimos	12	86.804	41.353	86.804	69.549					
Partes relacionadas	16	1.188	1.188	1.188	1.188					
Impostos e contribuições a recolher	13	534	13.554	534	13.554					
Outros débitos		188	188	188	188					
Total do passivo não circulante		88.714	56.283	88.714	84.479					
Patrimônio líquido	17									
Capital social		237.396	207.699	237.396	207.699					
Ações em tesouraria		(4.147)	(4.147)	(4.147)	(4.147)					
Reservas de capital		11.804	11.804	11.804	11.804					
Reservas de lucros		102.423	162.923	102.483	153.507					
Ajustes de avaliação patrimonial		82.481	64.421	82.421	48.191					
Total do patrimônio líquido		429.957	442.700	429.957	417.054					
Total do passivo		554.788	525.173	554.788	531.615					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014			2015	2014		
Receita líquida de vendas	18	463.951	445.048	463.951	445.048	Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos		28.649	57.285	35.234	52.407
Custos dos produtos vendidos		(337.895)	(301.278)	(337.895)	(301.278)	Despesas financeiras	21	(9.605)	(3.889)	(22.779)	(8.237)
Lucro bruto		126.056	143.770	126.056	143.770	Receitas financeiras	21	31.040	12.173	37.629	21.399
Receitas (despesas) operacionais						Resultado financeiro		21.435	8.284	14.850	13.162
Despesas de vendas	19	(65.476)	(55.675)	(65.476)	(55.675)	Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		50.084	65.569	50.084	65.569
Despesas administrativas e gerais	20	(31.835)	(36.923)	(39.680)	(42.054)	Imposto de renda e contribuição social	22	(8.188)	(13.575)	(8.188)	(13.575)
Outras receitas operacionais, líquidas		18.299	6.711	14.835	6.511	Lucro líquido do exercício		41.896	51.994	41.896	51.994
Resultado de equivalência patrimonial	10	(18.395)	(598)	(501)	(145)						
		(97.407)	(86.485)	(90.822)	(91.363)						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Resultado do exercício	41.896	51.994
Resultados abrangentes		
Diferenças cambiais de conversão de controladas no exterior	18.060	32.649
Total do resultado abrangente do exercício	59.956	84.643

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014		2015	2014	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais	41.896	51.994	41.896	51.994	Redução de adiantamentos de lucros	-	(12)	-	(12)
Lucro líquido do exercício	41.896	51.994	41.896	51.994	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	28.126	33.259	198.882	37.825
Ajustes por:					Fluxos de caixa das atividades de investimentos	(272.361)	(196.109)	(285.291)	(225.406)
Depreciação e amortização	5.596	4.704	31.175	14.708	Aplicações financeiras	251.300	225.400	303.398	251.895
Juros sobre empréstimos e financiamentos	437	436	1.401	1.900	Resgates de aplicações financeiras	(177.259)	(57.431)	(238.180)	(57.431)
Resultado de variação cambial	(11.781)	470	(1.791)	(5.586)	Aquisição de imobilizado	(92)	(71)	(92)	(71)
Despesas e receitas financeiras não realizadas	-	-	-	6.332	Aquisição de intangível	126.963	(4.489)	-	(4.489)
Provisão para contingências	-	(2.723)	-	(2.723)	Aplicação (redução) em investimentos	32.760	-	48.416	-
Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável das contas a receber	(697)	752	(697)	752	Ganhos e perdas na conversão de investimentos				
Resultado na venda de ativos imobilizados	5.453	164	152.755	164	Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(470)	-	(470)
Rendimentos de aplicações financeiras	(11.778)	(10.418)	(6.963)	(16.473)	Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(38.689)	(33.170)	(171.749)	(35.972)
Resultado de equivalência patrimonial	18.395	598	501	145	Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Outras despesas	-	-	-	(670)	Aumento de capital em controladas	3.984	-	-	-
	47.521	45.977	218.277	50.543	Captção de empréstimos e financiamentos	61.868	41.196	61.868	41.196
Variações nos ativos e passivos					Pagamento de empréstimos e financiamentos	(6.005)	(5.511)	(39.057)	(10.889)
(Aumento) redução em contas a receber, outros créditos e despesas antecipadas	(6.639)	(3.676)	(6.639)	(3.676)	Distribuição de dividendos	(72.610)	(13.200)	(72.610)	(8.724)
(Aumento) nos estoques	3.659	(11.482)	3.659	(11.482)	Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(12.763)	22.485	(49.799)	21.583
(Aumento) redução nos impostos a recuperar	535	(713)	535	(713)	(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa antes da variação cambial	(23.326)	22.574	(22.666)	23.436
Aumento (redução) em fornecedores	(263)	2.049	(263)	2.049	Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa				
Aumento (redução) em impostos e contribuições a pagar	(13.977)	11.894	(13.977)	11.894	No início do exercício	26.653	4.079	27.992	4.556
Aumento em provisão para salários e férias a pagar	259	61	259	61	No fim do exercício	3.327	26.653	5.326	27.992
Aumento (redução) em I.R. e contribuição social a pagar	(281)	(11.585)	(281)	(11.585)		(23.326)	22.574	(22.666)	23.436
Aumento (redução) em contas a pagar e provisões	(2.688)	746	(2.688)	746					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
 (Em milhares de reais)

	Reserva de Capital		Reservas de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Ações Tesouraria	Ágio	Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2013	176.767	(4.147)	11.804	13.879	30.932	99.177	41.188	-	369.600
Resultados abrangentes									
Variações cambiais sobre investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	23.233	-	23.233
Aumento de capital (ver Nota 17)	30.932	-	-	-	(30.932)	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(6.715)	-	-	(6.715)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	51.994	51.994
Efeito reflexo de transação de capital em investida (ver Nota 10)	-	-	-	-	-	-	-	9.416	9.416
Destinações:									
Reserva legal	-	-	-	2.580	-	-	-	(2.580)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	30.100	-	-	(30.100)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(4.828)	(4.828)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	23.902	-	(23.902)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	207.699	(4.147)	11.804	16.459	30.100	116.364	64.421	-	442.700
Aprovação dos dividendos adicionais propostos									
Aumento de capital (ver Nota 17)	29.697	-	-	-	(29.697)	-	-	-	-
Resultados abrangentes									
Variações cambiais sobre investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	19.687	-	19.687
Reclassificação de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	1.627	(1.627)	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(72.610)	-	-	(72.610)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	41.896	41.896
Destinações:									
Reserva legal	-	-	-	2.095	-	-	-	(2.095)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	32.939	-	-	(32.939)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(1.716)	(1.716)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	5.146	-	(5.146)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	237.396	(4.147)	11.804	18.554	33.342	50.527	82.481	-	429.957

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional - O Grande Moinho Cearense S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Av. Vicente de Castro nº 6.043 - Esplanada do Mucuripe, Fortaleza, Ceará. A Companhia, com sede em Fortaleza - Ceará, fundada em 2 de junho de 1959, vem produzindo e comercializando desde 1963 farinhas de trigo, farelo e remóido de trigo para atender às indústrias de panificação, massas, biscoitos e ração animal das Regiões Nordeste e Norte do Brasil, foco da sua atuação comercial e para isso dispõe de Centros de Distribuição - CDs, estrategicamente localizados nas Cidades de Juazeiro do Norte - CE, Teresina - PI, Jaboatão dos Guararapes - PE, Manaus - AM, Ananindeua - PA, Timon - MA e Salvador - BA.

2. Base de preparação - a) **Declaração de conformidade** - As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 17 de março de 2016. b) **Base de mensuração** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma indicado. c) **Moeda funcional e moeda de apresentação** - Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d) **Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados futuros podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas Notas Explicativas nos 3.a - Classificação de negócio em conjunto e 10.c - Informação de investidas. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual e vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber, estoques, imobilizado e intangível, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros. **3. Principais políticas contábeis** - A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas em detalhes abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. a) **Base de consolidação** - i) **Controladas** - Nas demonstrações financeiras

individuais e consolidadas as informações financeiras foram elaboradas utilizando a mesma data-base das demonstrações encerradas, consistentes com as políticas contábeis da Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. ii) **Controlada em conjunto** - Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras da controlada em conjunto não são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo CPC 19. Assim, não é realizada a consolidação proporcional de resultado e de ativos líquidos, e os saldos ou resultados de transações entre a controladora e a controlada em conjunto não são eliminados. A Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda. é o único empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) que a Companhia participa. Seu controle é compartilhado com as empresas J.Macêdo S.A. e M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos na proporção de 33,33% para cada acionista. Esta empresa é encarregada da descarga e da armazenagem de trigo no Porto de Fortaleza, cujo objeto social é a exploração da atividade portuária. **Relação de entidades controladas** - Relação de entidades controladas diretas. Segue abaixo lista das empresas controladas da Companhia:

País	Participação acionária %	
	2015	2014
North Mills Holdings Corporation	100	100
Tergran - Term. Grãos de Fortaleza Ltda.	33,33	33,33

Relação de entidades controladas indiretas
Segue abaixo lista das empresas controladas 100% pela North Mills Holdings Corporation:

País	Ativo total	
	2015	2014
Vistal Assets S/A (*)	-	100.488
Vistal Aircraft USA LLC (*)	-	112.684

(*) Em dezembro de 2015, a Companhia realizou reorganização societária e suas controladas indiretas foram incorporadas pela controlada direta North Mills Holdings Corporation. b) **Moeda estrangeira** - i) **Transações e saldos em moeda estrangeira** - Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. ii) **Operação no exterior** - Os ativos e passivos de operações no exterior foram convertidos para Real às taxas de câmbio na data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do

exercício. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real (moeda funcional da Companhia) às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação das controladas no exterior são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. c) Redução ao valor recuperável - i) Ativos financeiros - A Companhia analisa na data de cada demonstração financeira se existem evidências objetivas que determinem se o valor contábil de um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não será recuperado. Caso se identifiquem tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável de cada ativo ou grupo de ativos. Essas evidências devem refletir que um evento de perda teve um efeito negativo aos fluxos de caixa futuros projetados e que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia e suas controladas sobre condições de que a Companhia e suas controladas não considerariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. A administração efetua provisão para valor recuperável de contas a receber com base em títulos em aberto vencidos a mais de 150 dias em 2015. ii) Ativos não financeiros - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso haja evidências e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. d) Benefícios de curto prazo a empregados - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. e) Reconhecimento de receita - A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. 4. Normas e interpretações ainda não adotadas - IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 - *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes - A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios na IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita. A norma da nova receita é aplicável a todas as entidades e substituirá todas as atuais exigências de reconhecimento de receita, nos termos da IFRS. Uma aplicação retrospectiva total ou modificada é exigida para períodos anuais que tenham início em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida adoção antecipada, em análise no Brasil. A Companhia está atualmente avaliando o impacto da IFRS 15 e planeja adotar uma nova norma sobre a efetiva data de entrada em vigor. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa	80	111	80	111
Depósitos bancários à vista	353	26.542	2.354	27.881
Aplicações financeiras	2.894	-	2.892	-
Total	3.327	26.653	5.326	27.992

Caixa e equivalentes incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias a contar da data

do balanço, e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Aplicações financeiras				
Fundo de investimento	116.338	83.499	116.338	83.499
Ações	-	-	7.900	51.883
Total	116.338	83.499	124.238	135.382

O fundo de investimento é uma aplicação financeira de renda fixa cujos mandatos buscam rentabilidade superior a 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 2015, esses investimentos renderam 96,05% do CDI (100,63% do CDI em 2014). As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão classificadas como ativos financeiros mensurados pelo valor justo tendo seus ganhos ou perdas registrados diretamente contra resultado. As aplicações financeiras em ações de companhias listadas em bolsa de valores são classificadas como disponíveis para venda e a variação do seu valor justo é classificada como ajuste de avaliação patrimonial, quando material.

	Controladora e consolidado	
	2015	2014
Duplicatas a receber de clientes - no país	57.387	48.376
Redução ao valor recuperável de contas a receber	(4.772)	(5.469)
Total	52.615	42.907

7. Contas a receber de clientes

	Controladora e consolidado	
	2015	2014
Composição por idade de vencimento		
Contas a receber - a vencer	43.628	36.971
Contas a receber - vencidas		
De 1 a 30 dias	5.061	4.766
De 31 a 60 dias	479	293
De 61 a 90 dias	694	277
De 91 a 150 dias	945	551
Acima de 151 dias	6.580	5.518
Total	57.387	48.376

A redução do valor recuperável foi constituída tomando como base os títulos em aberto vencidos há mais de 150 dias em 2015.

Movimentação da provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber

	Controladora e consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2014	(4.717)
Constituição de provisão	(1.664)
Reversão/baixas	912
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(5.469)
Constituição de provisão	(696)
Reversão/baixas	1.393
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(4.772)

Ajuste a valor presente - O prazo médio de recebimento é em torno de 34 dias (33 dias em 2014). A Administração da Companhia entende que o efeito do ajuste a valor presente nas demonstrações da Companhia é imaterial e, por isso, não foi registrado.

8. Estoques - Os estoques são mensurados pelo custo médio, acréscido de gastos incorridos na aquisição, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

	Controladora e consolidado	
	2015	2014
Produtos acabados	7.024	3.133
Matérias-primas	31.943	39.151
Materiais de embalagens e almoxarifado	1.861	2.203
Total	40.828	44.487

A Administração da Companhia não identificou itens relacionados à provisão para obsolescência no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

9. Impostos a recuperar

	Controladora e consolidado	
	2015	2014
ICMS antecipado	-	783
ICMS a recuperar	22.400	33.295
PIS e COFINS	12.616	2.115
Outros impostos	3.375	2.733
Total de impostos a recuperar	38.391	38.926
Circulante	21.229	18.690
Não circulante	17.162	20.236

Os impostos a recuperar têm as seguintes composições:

ICMS a recuperar - Origina-se do direito de ressarcimento junto ao Estado do Ceará da parcela paga a título de substituição tributária das operações com trigo. Esses valores estão classificados no circulante e não circulante. PIS e COFINS - Decorrente de créditos referente à alíquota zero para a farinha de trigo. Outros impostos - Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras. Esses valores estão classificados no circulante e não circulante.

10. Investimentos - Nas demonstrações financeiras individuais da controladora e informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.



Saldos líquidos	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Aero nave	Imobili-zado em andamento	Imobili-zado arrendado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	11.058	18.918	18.774	972	948	438	-	65.098	111.960	228.166
Saldo em 31 de dezembro de 2015	11.058	17.440	70.543	915	957	500	149.698	31.432	-	282.543

Imobilizado em andamento	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	12.060	52.993	45	-	65.098
Saldo em 31 de dezembro de 2015	25.826	4.966	-	640	31.432

Com o auxílio de especialistas internos foi feita a revisão das vidas úteis dos bens e constatou-se que estão muito próximas das vidas úteis já utilizadas, sendo o efeito imaterial nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Dessa forma, a Administração optou por não fazer qualquer ajuste. Em 2015, a Companhia possui saldos contábeis de bens que foram dados como garantia de financiamentos referentes a máquinas e equipamentos no valor de R\$70.543. Vide detalhes na Nota 12. As taxas anuais de depreciação utilizadas estão demonstradas a seguir:

	2015	2014
Edificações	4%	4%
Máquinas e equipamentos	10%-25%	10%
Móveis e utensílios	10%	10%
Veículos	20%	20%
Equipamentos de computação	20%	20%
Aeronave	5,88%	-

Redução ao valor recuperável - O ativo imobilizado da Companhia, após análise de fontes internas de informação, não apresentou qualquer indício de perda e desvalorização, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro. **12. Financiamentos e empréstimos** - Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota Explicativa nº 15.

Moeda nacional	Indexador	Juros (a.a.)	Controladora		Consolidado	
			2015	2014	2015	2014
FINAME Automático (Banco Alfa)	Pré-fixado	3,5%/6%/9,5%	50.315	37.405	50.315	37.405
FINAME Automático (Banco Pine)	Pré-fixado	3,5%	709	945	709	945
Financiamentos de Tributos Estaduais (PROVIN)	TJLP	-	3.699	6.870	3.699	6.870
FINAME Itau	Pré-fixado	3,5%/6%	88	172	88	172
FNE automático (Banco BNB)	Pré-fixado	7,06%/8,24%	7.041	-	7.041	-
			61.852	45.392	61.852	45.392
Moeda estrangeira - US\$						
Banco UBS	Libor 12 meses	2,00%/spread	-	-	-	32.088
Banco UBS	Libor 12 meses	Spread	39.840	-	39.840	-
			39.840	-	39.840	32.088
Total de financiamentos e empréstimos			101.692	45.392	101.692	77.480
Circulante			14.888	4.039	14.888	7.931
Não circulante			86.804	41.353	86.804	69.549

Cronograma de desembolso

Vencimentos	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
2015	-	4.039	-	7.931
2016	14.888	9.449	14.888	13.442
2017	13.198	6.284	13.198	10.381
2018	13.005	6.224	13.005	10.427
2019	12.845	5.989	12.845	21.892
2020	12.956	5.989	12.956	5.989
2021	13.070	5.989	13.070	5.989
2022	21.730	1.429	21.730	1.429
Total	101.692	45.392	101.692	77.480

Garantias - As operações de financiamentos possuem como garantias a alienação fiduciária das máquinas e equipamentos financiados, inclusive as operações em moeda estrangeira possuem as mesmas garantias, porém, a Companhia e suas controladas optaram por não realizar nenhum tipo de proteção cambial (*hedge*) desses financiamentos. **Financiamentos de Tributos Estaduais (PROVIN)** - Os saldos relativos ao financiamento de tributos estaduais (PROVIN) são compostos apenas pelos valores que efetivamente serão pagos e originados pelo incentivo fiscal estadual (vide Nota 24). **Cláusulas restritivas (covenants)** - Os contratos de empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas de vencimentos antecipados de dívidas atrelados a atendimentos de índices financeiros ou manutenção de saldos em garantias.

13. Impostos e contribuições a recolher

a) Composição dos saldos -

Circulante	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
ICMS	3.273	4.286
INSS	525	451
Outros	1.221	1.239
Total	5.019	5.976
Não circulante	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
PIS	-	462
Salário-educação	-	513
PIS - Carta de Fiança	534	535
ICMS	-	12.044
Total	534	13.554

14. Provisão para contingências - A Companhia e suas controladas são parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Em 31 de dezembro de 2015, o valor total de causas passivas julgadas como possíveis de perda é de R\$1.709 (R\$1.012 em 2014), para os quais não foi constituída provisão, como previsto pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração da Companhia não identificou itens relacionados à provisão para contingências no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

15. Instrumentos financeiros - Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral - A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: · Risco de crédito; · Risco de liquidez; · Risco de mercado. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia e suas controladas, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e do capital. **Estrutura de gerenciamento de risco** - A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. **Riscos de crédito** - Risco de crédito é o risco da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros, conforme apresentado abaixo. **Exposição a riscos de crédito** - O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	3.327	26.653	5.326	27.992
Aplicações financeiras	116.338	83.499	124.238	135.382
Contas a receber e outros créditos	58.179	45.701	58.179	45.701
	177.844	155.853	187.743	209.075

Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **Contas a receber e outros recebíveis** - A política de crédito da Companhia não permite grandes concentrações de vendas, como também não permite prazos distintos ao próprio ciclo do negócio. As equipes de vendas são treinadas para acompanhar a trajetória operacional de cada cliente de modo que estejam, sempre, atualizadas sobre o nível de atividade econômica do setor e da região que atuam. Com esta postura é possível manter um adequado índice de inadimplência e uma boa previsibilidade contra possíveis perdas. Adicionalmente, a Companhia possui provisão para redução do valor recuperável de clientes, no montante de R\$4.772 (R\$5.469 em 2014) representativos de 8,31% (11,30% em 2014) do saldo de contas a receber em aberto, para fazer face ao risco de crédito. A política de gestão de risco define que a Companhia e suas controladas somente estão autorizadas a efetuar operações com instituições financeiras sólidas. Atualmente, todas as aplicações financeiras estão concentradas em um Fundo de Investimento Exclusivo administrado pelo Banco Itaú S.A, que segue rigorosamente as definições para as aplicações financeiras. O Fundo foi constituído para administrar os recursos das empresas que fazem parte do grupo empresarial no qual a

Companhia encontra-se inserida. Os recursos estão diluídos diretamente em títulos de renda fixa e em cotas de outros fundos de investimento, promovendo uma diversificação na carteira de tal ordem que os riscos ficam bastante reduzidos. **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Companhia e suas controladas procuram manter uma boa liquidez com relação à política de gestão de riscos. Por esse motivo há o acompanhamento permanente das disponibilidades líquidas, alinhada com a política de compras e de estoque de modo a não gerar nova necessidade de captação de recursos. O resultado desta política resulta no saldo elevado de recursos aplicados, equivalente a três meses de faturamento líquido. A Companhia só utiliza instrumentos financeiros de captação para investimentos, sendo linhas de longo prazo. Os vencimentos contratuais de passivos financeiros são apresentados na Nota Explicativa nº 12. **Risco de mercado** - O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é acompanhar o mercado das *commodities*, gerenciando e controlando as exposições a esses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco de taxa de câmbio** - A controlada North Mills Holdings Corporation é sediada no exterior e seus ativos e passivos estão sujeitos à variação cambial, sendo a contratação em dólar norte-americano. A política de gestão do risco de câmbio da Companhia objetiva limitar o nível de captação de recursos em moeda estrangeira de modo a não comprometer os resultados operacionais, tendo em vista que o saldo devedor integral da operação é muito inferior à geração de caixa anual e até mesmo ao resultado líquido. Já os passivos de suas controladas são liquidados na mesma moeda de captação das investidas e não geram exposição significativa que possam gerar perdas para a Companhia. Dessa forma, oscilações da taxa de câmbio não impactam de forma representativa o resultado da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014

Financiamento em moeda estrangeira (a)	39.840	-	39.840	32.088
Ativo em moeda estrangeira (b)	-	-	9.899	53.222
Exposição líquida (a - b)	39.840	-	29.941	(21.134)

Risco de taxa de juros - A política determina que é permitida a captação de recursos para investimento com taxas de juros de curto prazo, pois estas são mais voláteis e elevam o risco de variação dos resultados em função dos juros. Por esse motivo, as captações foram feitas em taxas fixas de juros (vide Nota 12), de modo a garantir uma harmonia do fluxo de pagamentos com o fluxo do retorno. No lado do ativo, a Companhia e suas controladas são fortes aplicadoras de recursos através do Fundo de Investimento Exclusivo, que direciona a rentabilidade a um desempenho atrelado à taxa de juros do CDI. **Risco de preço das commodities** - Os preços das principais matérias-primas e insumos são definidos pelo mercado internacional e possuem cotação em bolsa de *commodities*. Por essa razão, os preços flutuam conforme a expectativa de oferta e demanda mundial. A Companhia e suas controladas possuem profissionais que acompanham constantemente a evolução dos indicadores de preço do trigo, comportamento do clima, expectativa dos volumes e qualidade das safras, cotações nos diversos mercados produtores e como esse movimento pode afetar os negócios e resultados da Companhia. Juntamente com consultorias internacionais contratadas, são construídos cenários e hipóteses de mercado que balizam a decisão da compra, do tamanho do lote mínimo e da qualidade do trigo a ser adquirido e processado na Companhia. **Gerenciamento do capital** - A administração do capital da Companhia, praticada pelos administradores, tem por objetivo reduzir riscos, custos e salvaguardar a capacidade da Companhia de promover a sua continuidade em oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas. **Classificações contábeis e valores justos** - **Valor justo através do resultado** - Os valores das aplicações financeiras registradas nas demonstrações financeiras aproximam-se dos valores de realização em virtude de apresentarem disponibilização imediata. **Financiamentos e empréstimos** - Nas operações nacionais os valores dos financiamentos atrelados às taxas pré-fixadas (operações de FINAME) aproximam-se dos valores de exigibilidade registrados nas demonstrações financeiras. No caso dos financiamentos estrangeiros o valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. **Contas a receber, fornecedores e contas a pagar de curto prazo** - Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curto prazo das operações realizadas. **Valor justo dos ativos e passivos financeiros** - O valor justo dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados das demonstrações financeiras, está identificado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo

31 de dezembro de 2014				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	83.499	83.499	-	-
Disponíveis para venda				
Aplicações financeiras	-	-	51.883	51.883
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	26.653	26.653	27.992	27.992

	Controladora		Consolidado	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo

Contas a receber de clientes	42.907	42.907	42.907	42.907
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	3.839	3.839	3.839	3.839
Financiamentos com instituições financeiras	45.392	45.392	77.480	77.480
31 de dezembro de 2015				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	116.338	116.338	-	-
Disponíveis para venda				
Aplicações financeiras	-	-	7.900	7.900
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	3.327	3.327	5.326	5.326
Contas a receber de clientes	52.615	52.615	52.615	52.615
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	3.576	3.576	3.576	3.576
Financiamentos com instituições financeiras	101.692	101.692	101.692	101.692

16. Partes relacionadas

a) **Controladora** - A Kalila Representações Comerciais Ltda. é a controladora da Companhia. b) **Transações com partes relacionadas** - Os principais saldos de ativos, passivos, receitas e despesas, assim como transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e sua controladora, controladas, controladas em conjunto e outras partes relacionadas. As empresas com as quais a Companhia mantém relações são:

Partes relacionadas	Principal natureza das transações
Controlada	
North Mills Holdings Corporation	Adiantamento para futuro aumento de capital
Controlada em conjunto	
Tergran Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	Prestação de serviço na descarga de trigo e adiantamentos de dividendos

Outras partes relacionadas

IESC - Iguatemi Empresa de Shopping Centers	Não houve transações no exercício
La Fonte Participações S.A.	Não houve transações no exercício
La Fonte Telecom S.A.	Não houve transações no exercício
New Invest Imobiliária e Participações S.A.	Não houve transações no exercício
MLRJ Imobiliária S.A.	Não houve transações no exercício

Os saldos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme segue:

	Controladora	
	2015	2014

Ativo não circulante		
Adiantamentos para futuro aumento de capital		
North Mills Holding Corporation	-	3.984
Passivo não circulante		
Adiantamentos de lucros		
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	1.188	1.188
Resultado		
Custo dos produtos vendidos		
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	4.288	3.716
Despesas administrativas		
Vistal Aircraft USA LLC	5.741	4.633
Outras receitas		
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	-	14

17. Patrimônio líquido - a) **Capital social** - O capital social da Companhia é composto de 45.923.409 ações, sendo 44.456.449 ações ordinárias e 1.466.960 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. Em 28 de agosto de 2014, houve aumento de capital, no montante de R\$7.832, em decorrência da incorporação da subvenção do Governo Federal, passando de R\$176.767 para R\$184.599, sem modificação do número de ações. Em 11 de setembro de 2014, houve aumento de capital, no montante de R\$23.100, em decorrência da incorporação da subvenção do Governo Estadual, passando de R\$184.599 para R\$207.699, sem modificação do número de ações. Em 24 de setembro de 2015, houve aumento de capital, no montante de R\$6.256, em decorrência da incorporação da subvenção do Governo Federal, passando de R\$207.699 para R\$213.955, sem modificação do número de ações. Em 29 de outubro de 2015, houve aumento de capital, no montante de R\$23.441, em decorrência da incorporação da subvenção do Governo Estadual, passando de R\$213.955 para R\$237.396, sem modificação do número de ações. b) **Ações em tesouraria** - A Companhia em 2010 possuía em tesouraria 6.346.981 ações ordinárias e 1.466.960 ações preferenciais de sua própria emissão para futura alienação e/ou cancelamento. Em 2011, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração, houve alienação de 3.401.360 ações ordinárias, no montante de R\$ 15.000, tendo sido apurado ágio de R\$ 11.804. O saldo em tesouraria ficou em 2.945.621 ações ordinárias, não sendo alteradas as ações preferenciais. c) **Reserva de capital** - Refere-se ao ágio gerado pela alienação de ações em tesouraria, conforme mencionado acima. d)



Reserva de lucros - Reserva legal - É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reserva de incentivos fiscais** - A parcela da reserva de incentivos fiscais referente ao Lucro da Exploração do exercício de 2014 no valor de R\$6.256 foi incorporada ao capital social, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, por se tratar de subvenção do Governo Federal. **Reserva de lucros (retenção de lucros)** - Constituída com o objetivo de fazer frente aos investimentos da Companhia e preservar o seu capital de giro. e) **Ajustes de avaliação patrimonial** - Ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de controlada no exterior. f) **Dividendos** - O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos mínimos obrigatórios foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. Os dividendos foram calculados conforme segue:

Controladora e consolidado

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	41.896	51.994
(-) Reserva legal	(2.095)	(2.580)
(-) Reserva de incentivos	(32.939)	(30.100)
Base de cálculo	6.862	19.314

Dividendo mínimo obrigatório - 25%

1.716 4.828

A Administração da Companhia irá propor a incorporação da reserva de lucros (reserva de incentivos fiscais e retenções de lucros) ao capital social na Assembleia Geral Ordinária de acionistas a ser realizada em abril de 2016.

18. Receita operacional líquida Controladora e Consolidado

	2015	2014
Receita bruta	545.518	522.455
Impostos sobre vendas	(64.850)	(63.820)
Devoluções e abatimentos	(16.717)	(13.587)
Receita operacional líquida	463.951	445.048

19. Despesas de vendas Controladora e Consolidado

	2015	2014
Despesas com pessoal	12.780	11.493
Despesas com logística	41.540	32.781
Serviços de terceiros	5.069	4.647
Outras	6.087	6.754
Total	65.476	55.675

20. Despesas administrativas e gerais Controladora e Consolidado

	2015	2014	2015	2014
Despesas com pessoal	10.913	10.576	10.913	10.576
Serviços de terceiros	8.707	6.480	8.707	6.480
Depreciação e amortização	679	612	13.468	10.616
Outras	11.536	19.255	6.592	14.382
Total	31.835	36.923	39.680	42.054

21. Resultado financeiro Controladora e Consolidado

	2015	2014	2015	2014
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(437)	(436)	(1.401)	(1.900)
Juros de mora	(40)	(12)	(40)	(1.895)
Variações cambiais passivas	(6.636)	(1.363)	(17.530)	(1.925)
Outros	(2.492)	(2.078)	(3.808)	(2.517)
Total	(9.605)	(3.889)	(22.779)	(8.237)

Receitas financeiras

	2015	2014	2015	2014
Rendimentos de aplicações financeiras	11.778	10.418	6.963	16.473
Juros ativos diversos	822	651	1.333	1.378
Variações cambiais ativas	18.417	1.104	19.321	1.188
Outros	23	-	10.012	2.360
Total	31.040	12.173	37.629	21.399

Total

21.435 8.284 14.850 13.162

22. Despesas com imposto de renda e contribuição social Controladora e Consolidado

	2015	2014
Lucro contábil antes do I.R.e da contribuição social	50.084	65.569
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Parcela sobre a qual não incide o adicional	(20)	(20)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(17.009)	(22.274)
Adições permanentes	(10.981)	(8.826)
Exclusões permanentes	6.159	2.626
Incentivo estadual	10.047	7.971
Incentivos federais	3.596	6.928
Imposto de renda e contribuição social correntes no resultado do exercício	(8.188)	(13.575)
Alíquota efetiva	16%	21%

23. Subvenções e assistências governamentais - Incentivo Fiscal Federal - redução da alíquota do imposto de renda - lucro da exploração

- A Companhia opera em regime tributário de lucro real anual e tem incentivo fiscal relativo à redução da alíquota do imposto de renda de 75% sobre os lucros operacionais originados pelas suas atividades principais (lucro da exploração). Esse incentivo fiscal é reconhecido diretamente no demonstrativo de resultado, e o valor do imposto de

renda é apresentado de forma líquida, isto é, o valor total menos o incentivo auferido. Em 2015, a Companhia auferiu R\$3.190 desse tipo de incentivo (R\$6.256 em 2014). **Incentivo Fiscal Estadual - PROVIN - Estado do Ceará - O Governo do Estado do Ceará**, atendendo às políticas públicas estaduais voltadas à promoção do desenvolvimento industrial do Ceará, decidiu alocar recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à ampliação e modernização do parque moageiro da Companhia, sediada na cidade de Fortaleza, capital do estado. O incentivo consiste no diferimento do imposto e seu posterior desconto, quando do vencimento de 74,25% sobre o ICMS normal devido. O benefício é condicionado ao pagamento no vencimento das parcelas devidas do ICMS, e sua obtenção deriva do atendimento a parâmetros da política de desenvolvimento do governo, dentre os principais o volume do investimento realizado, a geração de empregos, a demanda por matérias-primas e insumos, a localização da produção e outros aspectos econômicos e sociais. Em 2015 e 2014, atendendo ao CPC 07, item 12, esses incentivos foram reconhecidos no resultado como redutores das despesas que se pretendem compensar. O incentivo fiscal de ICMS foi deduzido das despesas de ICMS sobre vendas. Em 2015, a Companhia auferiu R\$28.229 desse tipo de incentivo (R\$23.441 em 2014). **24. Cobertura de seguros** - Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$221.473 (R\$129.523 em 2014) para danos materiais, R\$161.602 (R\$137.776 em 2014) para lucros cessantes e R\$ 3.000 (R\$3.000 em 2014) para responsabilidade civil. **Composição do Conselho de Administração** - Carlos Francisco Ribeiro Jereissati - Presidente, Vera Ribeiro Jereissati - Vice-presidente, Carlos Jereissati, Diana Jereissati Legey, Sérgio Bernstein, Aparecido Carlos Correia Galindo, Sidnei Nunes. **Composição da Diretoria** - Roberto Schneider - Diretor-presidente, Carlos Jereissati - Diretor vice-presidente, Lia Ribeiro Jereissati - Diretora, Cláudio Jorge Fontenelle de Albuquerque - Diretor, Alexandre Jereissati Legey - Diretor. **Contadora** - Andréa Carla de Melo Ferreira - CRC/CE nº 010893/O-1.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores do Grande Moinho Cearense S.A. Fortaleza - CE. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grande Moinho Cearense S.A.. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Grande Moinho Cearense S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos** - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior - Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sem ressalva datado de 27 de março de 2015. Fortaleza (CE), 17 de março de 2016. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S - CRC - 2SP015199/F-6. Carlos Santos Mota Filho - Contador CRC PE 020.728/O-7-T-CE.

